Grande Reportagem

ipris
Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança

ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA
DIMENSÃO DE SEGURANÇA

O mapa «Alargamento da União Europeia – dimensão de segurança» assinala os principais focos de tensão e factores de instabilidade interna no espaço europeu. Aborda, ainda, a importância do papel e do posicionamento estratégico da União Europeia na manutenção da segurança mundial.

Espaço Schengen
Estados-membros ajustes a um período de transição de 5 a 7 anos
Estados-membros que não aderiram ao espaço Schengen
Diferendo territorial
Conflito latente

Pedidos de asilo em 2003
Imigração ilegal em 2001
Estimativa do fluxo migratório ilegal
Detenções na fronteira

Atentados terroristas em 2003
0 | 0
Reivindicados | Não Reivindicados

Bases dos EUA
Estruturas NATO (HQ Europa)

O Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança – IPRIS baseou o seu trabalho de investigação nas seguintes fontes:
Europol; Heidelberg Institute on International Conflict Research; International Centre for Migration Policy Development; L'Atlas du Monde diplomatique; MDN - Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional; NATO; UNHCR; União Europeia.

0 — 500km

ESPAÇO SCHENGEN

ISLÂNDIA E NORUEGA
Integram o Espaço Schengen apesar de não pertencerem à União Europeia. Juntamente com a Dinamarca, a Finlândia e a Suécia, fazem parte do Conselho Nórdico, o qual estabelece uma área de livre circulação entre estes cinco Estados. Aquando do Acordo Schengen, a Islândia e a Noruega integraram aquele espaço através de um acordo de associação, assinado a 19 de Dezembro de 1996. Este acordo permite a participação da Islândia e da Noruega no Comité Executivo de Schengen, onde podem dar pareceres e formular propostas sem, contudo, terem direito de voto. Desde 25 de Março de 2001, por decisão do Conselho, o acervo de Schengen é aplicado em todos os países com assento no Conselho Nórdico.

IRLANDA E REINO UNIDO
Não são signatários dos Acordos de Schengen. A Irlanda só poderá integrar o Espaço Schengen quando o Reino Unido decidir aderir, em virtude do tratado bilateral de livre circulação entre estes países. Contudo, ambos podem participar do acervo de Schengen, mediante uma decisão do Conselho, por unanimidade das partes que integram aquele Espaço.

A DÉCADA SCHENGEN

1990	Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 1985: Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos
1990	Itália
1991	Portugal e Espanha
1992	Grécia
1995	Entrada em vigor da Convenção de Aplicação de Schengen
1995	Áustria
1996	Dinamarca, Finlândia e Suécia
1999	Acordo de Associação para aplicação do Acervo de Schengen na Noruega e Islândia

FORÇAS DOS PAÍSES DA UE EM MISSÕES INTERNACIONAIS

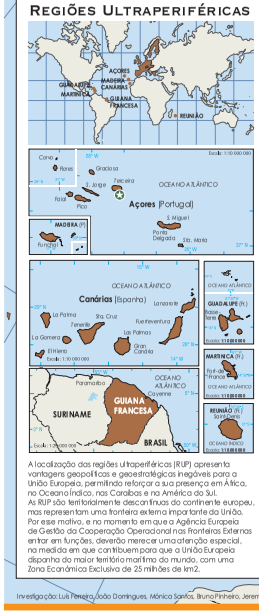
Março 2004	ONU	NATO	Total
R. Unido	577	12 507	13 084
Itália	166	7 347	7 513
Alemanha	311	6 418	6 729
Espanha	27	2 894	2 921
Países Baixos	18	2 138	2 156
Dinamarca	59	977	1 036
Áustria	429	606	1 035
Portugal	557	437	994
Suécia	395	597	992
Finlândia	230	741	971
Grécia	29	875	904
Rep. Checa	34	805	839
Hungria	143	640	783
Irlanda	490	275	765
Bélgica	14	710	724
Eslováquia	519	185	704
Letónia	0	212	212
Eslovénia	2	198	200
Lituânia	8	82	90
Estónia	3	72	74
Luxemburgo	0	32	32

NATO: Novos membros 11% | UE15 89%
ONU: Novos membros 28% | UE15 72%
UE25: PESD 6% | ONU 9% | NATO 85%

IRLANDA DO NORTE

O conflito na Irlanda do Norte deve-se a um movimento irredentista que visa a unificação deste território com a República da Irlanda. Este conflito já causou mais de 3500 mortes desde 1968. Seis anos depois dos acordos de paz (*Good Friday Agreement*) de Abril de 1998, os grupos paramilitares (IRA e facções dissidentes) continuam por desarmar, o que leva à suspensão da autonomia parcial em 2002 e à actual estagnação do processo de paz.

REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS



A localização das regiões ultraperiféricas (RUP) apresenta vantagens geopolíticas e geoestratégicas inegáveis para a União Europeia, permitindo reforçar a sua presença em África, no Oceano Índico, nas Caraíbas e na América do Sul. As RUP são territorialmente descontínuas do continente europeu, mas representam uma fronteira externa importante da União. Por esse motivo, e no momento em que a Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas entrar em funções, deverão merecer uma atenção especial, na medida em que contribuem para que a União Europeia disponha do maior território marítimo do mundo, com uma Zona Económica Exclusiva de 25 milhões de km2.

PAÍS BASCO

A luta separatista da Euskadi Ta Askatasuna (ETA) com vista ao estabelecimento de um Estado Basco independente em partes do Norte de Espanha e do Sudoeste de França já causou mais de 800 mortes desde 1968. A ETA foi como o braço político Herri Batasuna constam da lista oficial dos grupos terroristas da UE. As operações concertadas das polícias espanhola e francesa infligiram, em 2003, importantes danos na estrutura operacional desta organização, que atravessa actualmente uma das fases mais débeis da sua existência.

KALININEGRADO

Território russo com cerca de 1 milhão de habitantes, faz fronteira com a UE desde 1 de Maio de 2004. No Conselho Europeu de Bruxelas de Outubro de 2002, foi adoptado um sistema de vistas especial para o trânsito ferroviário e simplificado para cidadãos russos que viajem entre o enclave e o resto da Rússia.

CÓRSEGA

O Estado francês confronta-se, desde os anos setenta, com um recrudescer do movimento independentista corso. A radicalização desse movimento levou a um agravamento do clientelismo e da violência naquele território, protagonizados principalmente pela Frente de Libertação Nacional da Córsega (FLNC). A detenção, em Julho de 2003, do presumido autor do assassinato do Governador Claude Erignac e a rejeição, por referendo, de uma maior autonomia da Ilha não impediram que se registasse um aumento de 18% no número de ataques (sem vítimas) em relação ao ano anterior (251 ataques).

CHIPRE

Desde que, em 1974, a Turquia invadiu a ilha de Chipre, esta encontra-se dividida por uma linha verde. A Norte, a parte cipriota turca (República Turca do Norte de Chipre, apenas reconhecida pela Turquia) é fronteiriça, a Sul, com a parte cipriota grega, reconhecida internacionalmente como República de Chipre. Recentemente, Kofi Annan propôs um plano que previa a criação de um governo federal com dois Estados constituintes. O resultado do referendo de 24 de Abril de 2004 (65% vêm na parte cipriota turca e 75% na parte cipriota grega) difou a adesão à UE apenas da República de Chipre.

TURQUIA

Com mais de 25 milhões de indivíduos, repartidos pela Turquia, pelo Irão e pelo Iraque, o povo curdo é o maior grupo étnico sem Estado do mundo. Na Turquia, a luta por um Estado curdo independente conduziu a uma guerra civil de mais de 25 anos entre o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) e o governo turco. A detenção do líder do PKK, Abdullah Ocalan, e a inclusão do Congresso para a Liberdade e Democracia no Curdistão - KADEC (ex-PKK) na lista dos grupos terroristas da UE, levaram a um arrefecimento do conflito na Turquia. Porém, a crescente visibilidade e autonomia dos curdos do Norte do Iraque reavivou, neste país, o receio de um novo aumento das tensões separatistas dentro dos seus fronteiras.

ORGANIZAÇÕES DE SEGURANÇA E DEFESA

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

	NATO	União Europeia	PpP - Parceria para a Paz
UEO membros	Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido		
UEO Observadores	Dinamarca	Áustria, Finlândia, Irlanda, Suécia	
UEO Associados	Islândia, Noruega, Turquia	Rep. Checa, Hungria, Polónia	
UEO Parceiros	Bulgária, Roménia	Estónia, Eslovénia, Letónia, Lituânia, Eslováquia	Albânia, Croácia, Suíça, Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM)
	Canadá, EUA	Chipre, Malta	

CEI: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tajiquistão, Turquemenistão, Ucrânia, Usbequistão

Andorra, Bósnia-Herzegovina, Vaticano, Liechtenstein, Mónaco, San Marino, Sérvia e Montenegro

Estatuto de neutralidade

O Tratado da UE consagra o respeito pelas normas constitucionais dos Estados-membros na definição de uma política de defesa comum.

Áustria – O seu estatuto de neutralidade está consagrado na Constituição desde 26 de Outubro de 1955.

Finlândia – Prossegue uma política de neutralidade desde a sua independência. É frequente referir a Finlândia como Estado não-alinhado em vez de neutro, por não pertencer a nenhuma aliança militar.

Irlanda – Não pertence a nenhuma aliança militar e mantém o estatuto de neutralidade militar desde o séc. XVIII, apesar de este não estar consagrado na Constituição.

Malta – A partir dos anos 70, a doutrina de segurança de Malta passou de uma cooperação estreita com o Reino Unido e a NATO para uma política de neutralidade. Essa política de neutralidade ficou salvaguardada no próprio tratado de adesão à União Europeia.

Suécia – Segue uma política de não-participação em alianças militares, mas que permite a cooperação em resposta a ameaças à paz e à segurança.

MISSÕES EUROPEIAS - PESD

Início - fim	Missão	Objectivo	Contingente
1 Jan. 2003 - (...)	**MPUE**: missão de polícia da UE na Bósnia-Herzegovina	Estabelecer dispositivos policiais eficazes, através de acções de monitorização, enquadramento e inspecção.	566
31 Mar. - 15 Dez. 2003	**CONCORDIA**: operação militar da UE na Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM)	Criar as condições necessárias à estabilização e desenvolvimento demonstrão do país, através da aplicação do Acordo Quadro de Ohrid. Foi a primeira missão a utilizar os recursos da NATO.	400
12 Jun. - 1 Set. 2003	**ARTEMIS**: operação militar da UE na República Democrática do Congo	Promover as condições de segurança e a melhoria da situação humanitária na região de Bunia, marcada por confrontos entre as milícias.	1 800
15 Dez. 2003 - (...)	**PROXIMA**: missão de polícia da UE na Antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM)	Apoiar a luta contra a criminalidade organizada e promover padrões europeus de policiamento, através da formação e orientação da polícia local.	312

GESTÃO DE CRISES

Comité Político e de Segurança Permanente
O CPS é o órgão responsável pela supervisão política e a orientação estratégica de todas as actividades militares levadas a cabo no âmbito da UE. Dirige recomendações ao Conselho, com base nos pareceres do CMUE.

Comité Militar da União Europeia
O CMUE é o órgão responsável pela direcção de todas as actividades militares da UE. Apresenta recomendações e pareceres ao CPS sobre todas as questões militares no âmbito da UE.

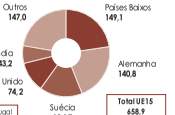
Estado-Maior da União Europeia
O EMUE tem como principais funções: alerta precoce, avaliação da situação e planeamento estratégico. Trabalha sob a orientação militar do CMUE, executando as suas políticas e decisões.

FORÇA DE INTERVENÇÃO RÁPIDA
Composta por forças militares disponibilizadas pelos Estados-membros num prazo de 60 dias, mobiliza um contingente de 50 a 60 mil homens, com capacidade operacional de pelo menos um ano. A FIR terá o seu cargo o desempenho das missões de Petersberg.

GRUPOS DE COMBATE
A Alemanha, a França e o Reino Unido apresentaram uma proposta que visa dotar a UE de grupos de combate mais rápidos e flexíveis até 2007. Compostos por 1500 homens que, num prazo de 15 dias, deverão estar aptos a entrar em acção em qualquer zona de combate e manter-se operacionais entre 30 e 120 dias.

AJUDA HUMANITÁRIA

Principais doadores (milhões de euros)

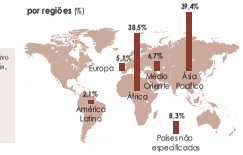


Principais destinatários (milhões de euros)

por países

Afeganistão	201,0
Angola	54,4
R.D. Congo	36,4
Sudão	31,4
Israel	29,5

por regiões (%)



O Serviço de Ajuda Humanitária (ECHO) tem por objectivo prestar ajuda imediata às vítimas de catástrofes naturais, de guerras e de conflitos violentos, ou decorrentes de circunstâncias extraordinárias semelhantes. É um instrumento que funciona a curto prazo (no máximo seis meses) e que já auxiliou mais de 85 países.
A União Europeia fornece 55% da ajuda humanitária internacional: 30% através do Serviço ECHO e 25% através da ajuda directa dos Estados-membros.

Dados de 2002

PEDIDOS DE ASILO

Período de 1990 a 2003

Alemanha	2 168 000
Reino Unido	851 930
França	485 708
Países Baixos	433 000
Suécia	347 000
Bélgica	283 400
Áustria	249 800
Itália	118 800
Dinamarca	117 900
Espanha	113 100
Irlanda	59 300
Grécia	47 000
Finlândia	29 600
Luxemburgo	9 700
Portugal	6 400

Total UE15 5 323 830

De 2002 para 2003 registou-se uma quebra de 22% dos pedidos de asilo na UE15 contra um aumento de 16% nos 10 novos Estados-membros. Num universo de 25 Estados os novos membros representariam apenas 11,5% do número total de pedidos de asilo na União (525 380), enquanto que o Reino Unido seria o destinatário de 16,8% desses pedidos. Ao abrigo da Convenção de Dublin, qualquer pedido de asilo apresentado na fronteira ou no território de um Estado-membro, obriga esse Estado a proceder à sua análise, a fim de evitar situações de demissão de responsabilidade e prevenir requerimentos múltiplos e simultâneos.

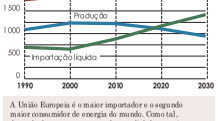
Os 10 países com mais pedidos de asilo na UE15 em 2003

Iraque	19 418
Turquia	19 151
Sérvia e Montenegro	17 770
Rússia	15 897
China	10 596
Somália	9 690
Afeganistão	8 667
Irão	8 245
Rep. Dem. Congo	7 874
Nigéria	7 606

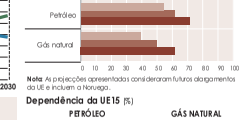
Nota: os números apresentados referem-se ao total de pedidos de asilo, não incluindo o número de pessoas a quem foi concedido o estatuto de refugiado.

SEGURANÇA ENERGÉTICA

Projecção das necessidades em energia



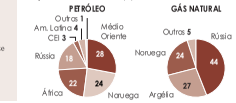
Dependência de combustíveis fósseis (%)



Nota: As projecções apresentadas consideram futuros alargamentos da UE e incluem a Noruega.

A União Europeia é o maior importador e o segundo maior consumidor de energia do mundo. Como tal, depende da procura no mercado mundial da energia, dos desenvolvimentos geopolíticos, da posição geográfica e da estabilidade política dos países de proveniência ou de trânsito. A economia europeia depende actualmente em cerca de 50% da importação de energia, 2/3 da qual são combustíveis fósseis (petróleo, gás, carvão), que representam 80% do consumo energético na União. Essa dependência poderá ascender, nos próximos anos, a 70% das necessidades globais.

Dependência da UE15 (%)



CRIME ORGANIZADO

Principais grupos a operar na União Europeia

Origem:	Actividades: Tráfico Droga	Tráfico Pessoas	Branq.to Capitais	Imigração Ilegal	Influência
Albânia					↗
China					=
Colômbia					↗
Macedónia					↘
Marrocos					↗
Nigéria					n.d.
Rússia					=
Turquia					↗
Vietname					↗

Paralelamente à progressiva eliminação do controlo das fronteiras internas revela-se necessário reforçar a cooperação policial e judiciária entre os Estados-membros, que têm desenvolvido acções concertadas para combater o crime organizado, adoptado no âmbito do Serviço Europeu de Polícia (Europol). O objectivo é restringir o âmbito de actuação dos grupos de crime organizado sem prejudicar a criação do espaço europeu de liberdade, segurança e justiça.

Nota: a influência dos grupos de crime organizado traduz-se no seu grau de operacionalidade dentro do território (↗ aumentar; ↘ diminuir; = sem variação; * em variação; n.d. não disponível). A aumentar (↗) a diminuir (↘) sem variação (=)

TERRORISMO

Atentados reivindicados na UE em 2003/2004

Organização:	Atentados:
ETA:	4
Acção individual:	2
Revolutionary Struggle:	2
Dissident Republicans:	1
Continuity IRA:	1
Al-Qaeda:	1

Atentados por país*

	2002	2003
Dinamarca	0	1
Finlândia	1	0
França	4	4
Alemanha	0	2
Grécia	5	2
Itália	2	3
Irlanda	7	8
Espanha	14	8
Países Baixos	2	0

*Inclui atentados não reivindicados

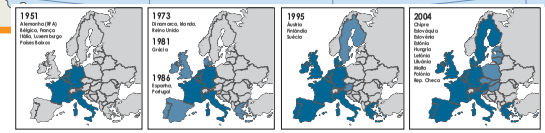
Total de atentados

Nota: Os atentados de 2004 referem-se ao 1º trimestre.

Após os atentados 11 Set., a UE aprovou o *Plano de Acção contra o Terrorismo*, onde o combate ao terrorismo é declarado um objectivo prioritário. Os atentados de Madrid levaram a UE a adoptar a *Declaração sobre o Combate ao Terrorismo*. Esta criou o cargo de Coordenador Contra-Terrorismo e insta os Estados-membros a agir em conjunto ao abrigo da cláusula de solidariedade que dispõe que um ataque terrorista contra um Estado-membro será considerado um ataque contra todos.

CRONOLOGIA

Selecção dos acontecimentos que, pela sua relevância, constituíram marcos fundamentais na evolução das políticas de segurança e de defesa da União Europeia.



Tratado de Paris (CECA) - 18 Abr. 1951
Através da gestão comum dos mercados do carvão e do aço, pretendia criar um espaço de paz e de estabilidade que, controlando o rearmamento alemão, integrasse a República Federal da Alemanha no esforço de defesa da Europa ocidental.

Tratados de Roma (CEE e Euratom) - 25 Mar. 1957
A Comunidade Económica Europeia consolida a ideia de um espaço de paz e segurança e a Comunidade Europeia da Energia Atómica prevê o desenvolvimento de uma indústria nuclear, que garanta essa segurança.

Acto Único Europeu - 17 e 28 Fev. 1986
Inclui os aspectos políticos e económicos da segurança no âmbito da Cooperação Política Europeia e abre a possibilidade de uma cooperação mais estreita com a NATO e a UEO.

Tratado de Maastricht - 07 Fev., 1992
Estabelece a Política Europeia de Segurança Comum e introduz as acções comuns para todas as questões PESC, com excepção da defesa. No âmbito da Justiça e Assuntos Internos, prevê-se a comunitarização de algumas matérias.

Tratado de Amesterdão - 02 Out. 1997
Prevê a definição gradual de uma política de defesa comum (PESD) e prepara o caminho para uma eventual integração da UEO na UE, através do estabelecimento de relações mais estreitas entre as duas organizações. As missões de Petersberg e os órgãos auxiliares da UEO (Centro de Satélites e Instituto de Estudos de Segurança, operacionais desde Janeiro de 2002) passam a integrar a PESC.

Tratado de Nice - 26 Fev. 2001
Suprime as disposições do Tratado de Amesterdão que definem a relação entre a UEO e a UE, incorporando as funções de gestão de crises da UEO na UE. Prevê o desenvolvimento das capacidades militares da UE e a criação de estruturas políticas e militares permanentes.

Adesões UEO: 1948 - Bélgica, França, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido; 1954 Alemanha e Itália; 1990 Espanha e Portugal

Adesões NATO	1950	1960	1970	1980	1990	2000
1949 - Bélgica, Canadá, EUA, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido						
1952 Grécia e Turquia						
1955 Alemanha (RFA)						
1982 Espanha						
1999 Hungria, Polónia e República Checa						
2004 Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia e Roménia						

1948 Tratado de Bruxelas
Cria a União da Europa Ocidental (UEO), uma organização europeia de cooperação para a defesa e segurança.

1949 NATO
É assinado o Tratado do Atlântico Norte, que tem como objectivo garantir, por meios políticos e militares, a liberdade e a segurança dos seus membros.

1950 Plano Pleven
Propõe o estabelecimento de uma Comunidade Europeia de Defesa (CED), com a criação de um exército comum formado por contigentes fornecidos pelos Estados-membros.

1952 Comunidade Europeia de Defesa
Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, R. Unido e República Federal da Alemanha assinam o Tratado que institui a CED.

1953 Paul-Henri Spaak
Apresenta um projecto de tratado, em que um dos objectivos seria garantir a segurança dos Estados-membros contra quaisquer agressões e a coordenação das suas políticas externas.

1954 Rejeição da CED
A Assembleia Nacional francesa rejeita a ratificação do Tratado CED, que acaba por não entrar em vigor.

1974 Perda de protagonismo da UEO
O papel central desempenhado pela NATO, bem como o desenvolvimento da integração europeia, conduzem a uma perda de protagonismo da UEO.

1975 CSCE
É assinada a acta final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, que tem como objectivo a prevenção de conflitos e gestão de crises.

1984 Declaração de Roma
Reactivação da UEO, por iniciativa da França.

1985 Acordo de Schengen
Supressão gradual dos controlos nas fronteiras comuns. Primeira emissão de passaportes europeus.

1989 Queda do Muro de Berlim
Conduz à reunificação da Alemanha, em 1990.

1992 Declaração de Petersberg
Decisão de dotar a UEO de meios militares que permitam o desenvolvimento de acções de prevenção e manutenção de paz.

1995 Convenção de Schengen
Entra em vigor. Os Estados-membros adoptam a lista de países terceiros, cujos nacionais necessitam de um visto para entrar na UE.

1998 Declaração de Saint-Malo
A França e o Reino Unido sustentam que a União Europeia deve ter capacidade militar autónoma para responder a eventuais crises internacionais. Confirmada pelo Conselho Europeu de Colónia.

1999 Conselho Europeu de Colónia
Javier Solana é nomeado Alto-Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da UE.

1999 Conselho Europeu de Tampere
Define orientações e prioridades políticas relativas ao direito de asilo, à imigração, ao acesso à justiça e à luta contra a criminalidade.

2001 Conselho Europeu de Laeken
Adopta medidas em matéria de combate ao terrorismo e chega a acordo sobre o mandato de captura europeu.

2002 Cons. Europeu de Copenhaga
Permite à UE ter acesso aos meios da NATO nas missões de segurança e defesa.

2003 Conselho Europeu de Salónica
Cria uma agência de desenvolvimento das capacidades de defesa, investigação e aquisição de armamento.

2003 Conselho Europeu de Bruxelas
Aprova a Estratégia Europeia de Defesa, com base num relatório de Javier Solana intitulado *A secure Europe in a better world*.

2003 Posto de Segurança UE e NATO. Cimeira UE/EUA
Cooperação na luta contra o terrorismo e a proliferação de armas.

2004 Conselho Europeu de Bruxelas
Adopta a *Declaração sobre o Combate ao Terrorismo*. Cria o cargo de Coordenador Contra-Terrorismo e afirma o compromisso político de os Estados-membros agirem em conjunto contra ataques terroristas, ao abrigo da Cláusula de Solidariedade prevista no Projecto de Constituição para a UE.

Copyright © 2004 Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança - IPRIS - http://www.ipris.org

Investigação: Luís Tereno, João Domingues, Mónica Santos, Bruno Pinheiro, Jeremy Zaks. Design gráfico: João Lázaro